

MARC ARTHUR BIEN AIMÉ

**DESARMAMENTO, DIREITOS HUMANOS E A FRAGILIDADE DO ESTADO  
NACIONAL: O CASO DO HAITI E A GANGSTERIZAÇÃO**

Foz do Iguaçu/PR

2025

**MARC ARTHUR BIEN AIMÉ**

**DESARMAMENTO, DIREITOS HUMANOS E A FRAGILIDADE DO ESTADO  
NACIONAL: O CASO DO HAITI E A GANGSTERIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino- Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos na América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Jonathan da Silva Marcelino

Foz do Iguaçu/PR

2025

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Jonathan Da Silva Marcelino  
UNILA

---

Prof. Dr. Jurandir de Souza  
UNILA

---

Profa. Dr. Charlot Jn Charles

Foz do Iguaçu, 2 de dezembro de 2025.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

**Tudo é possível para quem sonha, ousa,  
trabalha e nunca desiste.**

**Xavier Dolan**

## **AGRADECIMENTO**

A conclusão desse trabalho simboliza a superação de vários obstáculos que, em diferentes momentos, testaram minha resolução de finalizar a trajetória acadêmica. Sou grato à UNILA que me ofereceu a oportunidade de ingressar no curso de Especialização em Direitos Humanos, um ambiente que teve um papel importante na minha formação intelectual e profissional.

Registro minha gratidão ao corpo docente, cuja competência, comprometimento e dedicação foram exemplos e fontes de inspiração durante toda essa jornada. Um agradecimento especial ao professor orientador, Dr. Jonathan Marcelino. Sua orientação foi a chave para a conclusão bem-sucedida deste trabalho. Minha sincera gratidão por partilhar sua sabedoria e atenção.

Com respeito e reconhecimento, expresso minha gratidão à minha família, especialmente à minha mãe, cuja força e apoio foram fundamentais para que eu concluísse essa jornada acadêmica.

Sou grato também aos colegas e amigos que dividiram comigo vivências, discussões e reflexões que contribuíram para minha formação e tornaram o processo de aprendizado mais relevante. Estendo esse agradecimento a Claudiane do Carmo de Assis, por sua presença constante, suporte e compreensão foram essenciais ao longo de toda a jornada.

Por último, valorizo o empenho pessoal que me conduziu até aqui, reiterando que a persistência e a crença em suas próprias habilidades são essenciais para alcançar qualquer meta.

AIMÉ. Marc Arthur Bien. **Desarmamento, Direitos Humanos e a Fragilidade do Estado Nacional: O Caso do Haiti e a Gangsterização**. 2025. 31 pág. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Direitos Humanos na América Latina. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2025.

## RESUMO

Esse artigo analisa a crise multidimensional do Haiti através da lente crítica dos direitos humanos, explorando a interseção entre a fragilidade estatal, o fenômeno da gangsterização e o fracasso das políticas de desarmamento. Justifica-se que a violência endêmica e a violação sistemática dos direitos fundamentais são consequências de estruturas históricas de opressão, como o colonialismo, a dívida da independência e intervenções internacionais fracassadas. A pesquisa, de caráter bibliográfico, evidencia como as gangues armadas ocupam o vazio de soberania, desafiando o monopólio estatal da força e instaurando um regime de terror que priva a população de direitos fundamentais. Conclui-se que soluções sustentáveis exigem uma abordagem que transcenda intervenções securitistas, incorporando justiça social, reparação histórica e uma perspectiva decolonial de direitos humanos.

**Palavras-chave:** Haiti; Gangsterização; Desarmamento; Direitos Humanos; Teoria Decolonial; Fragilidade Estatal.

AIMÉ. Marc Arthur Bien. **Désarmement, Droits Humains et Fragilité de l'État National : Le Cas d'Haïti et la Gangstérisation.** 2025. 31 pages. Travail de Fin d'Études. Spécialisation en Droits Humains en Amérique Latine. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2025.

## RÉSUMÉ

Cet article analyse la crise multidimensionnelle en Haïti à travers le prisme critique des droits humains, en explorant l'intersection entre la fragilité étatique, le phénomène de gangstérisation et l'échec des politiques de désarmement. Il est démontré que la violence endémique et la violation systématique des droits fondamentaux sont les conséquences de structures historiques d'oppression, telles que le colonialisme, la dette de l'indépendance et les interventions internationales ratées. La recherche, de nature bibliographique, met en évidence comment les gangs armés occupent le vide de souveraineté, défiant le monopole étatique de la force et instaurant un régime de terreur qui prive la population de ses droits fondamentaux. La conclusion est que les solutions durables exigent une approche qui transcende les interventions sécuritaires, en incorporant la justice sociale, la réparation historique et une perspective décoloniale des droits humains.

**Mots-clés:** Haïti ; Gangstérisation ; Désarmement ; Droits Humains ; Théorie Décoloniale ; Fragilité Étatique.

AIMÉ. Marc Arthur Bien. **Dezamanman, Dwa Moun ak Frajilite Leta Nasyonal la : Ka Ayiti ak Gangsterizasyon** an. 2025. 31 paj. Travay Fen Etid. Espesyalizasyon an Dwa Moun nan Amerik Latin. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2025.

## REZIME

Atik sa a analize kriz miltidimansyonèl Ayiti ap travèse a nan yon pèspektiv kritik sou dwa moun. Li egzamine kijan feblès Leta, fenomèn gangstèzasyon an, ak echèk politik dezameman yo konekte youn ak lòt. Etid la montre kijan vyolans k ap gaye ak vyolasyon sistematik dwa fondamantal yo soti nan estrikti istorik opresyon tankou kolonizasyon, dèt endepandans lan, ak entèvansyon entènasyonal ki echwe yo. Rechèch la, ki baze sou analiz dokiman, mete aksan sou fason gang ame yo pran plas Leta, kraze monopòl fòs leta a, epi tabli yon rejim laterè ki retire dwa fondamantal nan men popilasyon an. Konklizyon an se ke solisyon dirab yo dwe depase entèvansyon sekiritè yo, e yo dwe enkòpore jistis sosyal, reparasyon istorik, ak yon vizyon dekolonyal sou dwa moun.

**Mo kle:** Ayiti ; Gangstèzasyon ; Dezameman ; Dwa Moun ; Teyori Dekolonyal ; Feblès Leta.

AIMÉ. Marc Arthur Bien. **Disarmament, Human Rights, and the Fragility of the Nation-State: The Case of Haiti and Gangsterization**. 2025. 31 pages. Final Course Paper. Specialization in Human Rights in Latin America. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2025.

### **ABSTRACT**

This article analyzes Haiti's multidimensional crisis through a critical human rights lens, exploring the intersection between state fragility, the phenomenon of gangsterization, and the failure of disarmament policies. It argues that endemic violence and the systematic violation of fundamental rights are consequences of historical structures of oppression, such as colonialism, the independence debt, and failed international interventions. This bibliographic research highlights how armed gangs occupy the vacuum of sovereignty, challenge the state's monopoly on the use of force, and establish a regime of terror that deprives the population of fundamental rights. The study concludes that sustainable solutions require an approach that transcends security-based interventions, incorporating social justice, historical reparations, and a decolonial human rights perspective.

**Keywords:** Haiti; Gangsterization; Disarmament; Human Rights; Decolonial Theory; State Fragility.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**BINUH** - United Nations Integrated Office in Haiti

**CNDDR** - Commission Nationale de Désarmement, de Démantèlement et de Réinsertion

**CORE GROUP** - É composto por embaixadores de um conjunto de países e de representantes de uma série de organizações internacionais seguintes: Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Brasil, OEA, ONU e UE.

**MINUSTAH** - Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**PNH** - Polícia Nacional do Haiti

**UNILA** - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1. HAITI: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DE UM ESTADO EM CRISE.....</b>	<b>11</b>
1.1 A REVOLUÇÃO HAITIANA: RADICALIDADE ANTICOLONIAL E A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA NEGRA.....	11
1.2 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA FRAGILIDADE: DO COLONIALISMO A DÍVIDA DA INDEPENDÊNCIA:.....	13
<b>2. GANGSTERIZAÇÃO, VIOLÊNCIA ARMADA E A CRISE DOS DIREITOS HUMANOS NO HAITI.....</b>	<b>16</b>
2.1 POR UMA TEORIA DAS GANGUES: NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	16
2.2 PROCESSO HISTÓRICO DAS GANGUES ARMADAS NO HAITI.....	18
2.3 A GANGSTERIZAÇÃO COMO SUBSTITUIÇÃO DA SOBERANIA.....	20
2.4 O FRACASSO DO DESARMAMENTO E A CIRCULAÇÃO DE ARMAS.....	22
2.5 VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM LARGA ESCALA.....	24
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>28</b>

## INTRODUÇÃO

A República do Haiti está situada no mar do Caribe, ocupando a porção oeste da ilha Hispaniola, a qual é compartilhada com a República Dominicana. O país integra a região das Grandes Antilhas sendo banhado pelo oceano em grande parte de sua extensão. O Haiti, é uma nação fundada a partir da primeira revolução anticolonial bem-sucedida das Américas, é hoje um exemplo emblemático da fragilidade do Estado nacional, marcado por crises políticas, econômicas e sociais profundas. O país enfrenta dois desafios interligados e críticos: a falha crônica nas políticas de desarmamento e o devastador fenômeno da gangsterização de seu território. Essa combinação alimenta um ciclo vicioso de violência, instabilidade e violações sistemáticas dos direitos humanos.

Mapa 01 – República do Haiti.



Fonte: Nations On-line Project: Ano :2025.

A persistente instabilidade haitiana, agravada pela proliferação de grupos armados e pela incapacidade das instituições estatais de exercer sua autoridade, torna urgente uma análise integrada que utilize a lente crítica da teoria dos direitos humanos. Tal abordagem não se limita a descrever a violência, mas busca compreender suas raízes históricas e estruturais, questionando os modelos tradicionais de intervenção internacional e a noção de universalidade abstrata dos direitos humanos, que frequentemente ignora contextos periféricos específicos.

Esse estudo se justifica pela sua relevância acadêmica e prática. Ao conectar a gangsterização e o desarmamento a uma análise histórica e crítica dos direitos humanos, o trabalho em tela contribui para a produção de um conhecimento que possa apoiar políticas públicas e ações internacionais mais efetivas e éticas, voltadas para a construção de uma paz duradoura e para a efetivação dos direitos fundamentais no Haiti.

O objetivo desse trabalho é analisar a crise de segurança e a soberania do Estado haitiano, marcada pelo fenômeno da gangsterização e pela falha das políticas de desarmamento, utilizando a lente crítica da teoria dos direitos humanos. Busca-se analisar igualmente as reflexões contemporâneas sobre ética global e proteção internacional dos direitos humanos, com foco nas críticas pós-coloniais e decoloniais, elaborando um panorama histórico-estrutural das causas profundas da instabilidade política e social no Haiti. Ao final, propõe-se uma reflexão sobre possíveis caminhos para uma segurança humana sustentável no Haiti, alinhados a uma perspectiva crítica de direitos humanos.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório e analítico, baseada no método de revisão bibliográfica sistemática. O procedimento técnico consistiu no levantamento, seleção, análise e síntese de publicações científicas (artigos, livros, capítulos) e relatórios de organismos internacionais disponíveis em bases indexadas, com destaque para SciELO e Google Acadêmico. O recorte temporal privilegiou a produção entre 2017 e 2024, garantindo a atualidade dos debates, sem desconsiderar obras clássicas e fundantes da história e do pensamento crítico sobre o Haiti.

O trabalho está organizado em duas seções distintas, porém intrinsecamente relacionadas, de modo a oferecer uma compreensão ampla e articulada da realidade haitiana. Na primeira seção será apresentada uma breve contextualização a respeito da República do Haiti, bem como os antecedentes históricos que justificam e condicionam a atual conjuntura social de vulnerabilidade e fragilidade do povo haitiano. Esta seção busca evidenciar como processos estruturais, legados coloniais moldaram, ao longo do tempo, a formação do Estado

haitiano e contribuíram para a permanência de desigualdades profundas e instabilidades recorrentes.

Na segunda seção será abordado o problema social da violência armada e os processos de gangsterização, analisando seus desdobramentos no âmbito dos direitos humanos. A discussão procura demonstrar como a atuação de grupos armados, a erosão da soberania estatal e a incapacidade institucional de garantir proteção têm impactado diretamente a vida da população, agravando a crise humanitária e comprometendo a efetivação de direitos fundamentais. Esta seção também busca evidenciar como a violência contemporânea se vincula aos fatores históricos apresentados no capítulo anterior, reforçando a necessidade de uma leitura integrada e crítica da conjuntura haitiana.

## **1. HAITI: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS DE UM ESTADO EM CRISE**

### **1.1 A REVOLUÇÃO HAITIANA: RADICALIDADE ANTICOLONIAL E A CONSTRUÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA NEGRA**

A Revolução Haitiana, que se desenrolou entre 1791 e 1804, foi um dos movimentos de libertação mais radicais e transformadores da história moderna. Teve início em um contexto de extrema opressão e exploração na colônia francesa de Saint-Domingue, então considerada a joia das Antilhas e uma das regiões mais lucrativas do mundo, graças à produção de açúcar, café e outros gêneros tropicais, sustentada pelo trabalho escravo. A sociedade local era profundamente dividida e hierarquizada, composta por uma minoria de brancos, *grands blancs* e *petits blancs*, uma classe intermediária de homens livres de cor, frequentemente mestiços, sem direitos políticos, e uma vasta população de escravizados africanos, que representava cerca de 90% dos habitantes (CASTOR, 2018).

O estopim do processo revolucionário ocorreu em agosto de 1791, quando milhares de escravizados se revoltaram na planície do Norte, em resposta aos maus-tratos, à exploração desumana e influenciados pelos ideais de liberdade e igualdade propagados pela Revolução Francesa. Líderes como Boukman, Jean-François e Biassou emergiram nesse contexto, organizando a resistência e proclamando, desde cedo, o desejo de liberdade geral e de independência. A violência da repressão colonial apenas intensificou a determinação dos insurgentes, que passaram a queimar plantações e a desafiar a autoridade dos colonizadores (JAMES, 2000).

Nos anos que se seguiram, o cenário tornou-se ainda mais complexo, com a sobreposição de múltiplos conflitos: brancos contra brancos, brancos contra homens livres de cor, e esses, por vezes, contra os escravizados. A chegada das guerras internacionais ao Caribe, com a intervenção da Espanha e da Grã-Bretanha, interessadas em aproveitar a fragilidade francesa, acrescentou uma dimensão geopolítica ao processo. Foi nesse ambiente que a figura de Toussaint Louverture se destacou, inicialmente a serviço da Espanha, mas depois como principal líder militar ao lado da França republicana, especialmente após a histórica decisão da Convenção Nacional de abolir a escravatura em fevereiro de 1794 (JAMES, 2000).

Sob o comando de Toussaint, as forças revolucionárias conseguiram unificar grande parte do território, expulsar invasores estrangeiros e estabelecer um governo autônomo. Em 1801, Toussaint promulgou uma Constituição que, embora não declarasse formalmente a independência, conferia a Saint-Domingue autonomia e o nomeava governador-geral vitalício. No entanto, esse avanço foi interpretado por Napoleão Bonaparte como uma afronta, levando-o a enviar uma grande expedição militar em 1802, comandada pelo general Leclerc, com o objetivo duplo de restaurar o controle francês e restabelecer a escravidão (JAMES, 2000).

A fase final da luta, entre 1802 e 1803, foi marcada por uma guerra de independência total. Após a captura e deportação de Toussaint Louverture, novos líderes como Jean-Jacques Dessalines, Henri Christophe e Alexandre Pétion assumiram a resistência, unindo negros e mulatos em uma luta comum pela liberdade. A combinação de táticas de guerrilha, o conhecimento do terreno e o surto de febre amarela entre as tropas francesas foi decisiva para a vitória haitiana, consolidada na Batalha de Vertières, em 18 de novembro de 1803 (CASIMIR, 2020).

Em 1º de janeiro de 1804, Jean-Jacques Dessalines proclamou oficialmente a independência do país, que readotou o nome indígena de Haiti. Nascia assim a primeira república negra do mundo e o segundo Estado independente das Américas, após os Estados Unidos. O impacto simbólico desse evento foi imenso, abalando as estruturas do sistema escravista e colonial em todo o Atlântico. No entanto, o Haiti pagou um preço alto por sua ousadia: foi submetido a um prolongado isolamento internacional e, em 1825, obrigado a pagar uma pesada indenização à França como condição para o reconhecimento de sua soberania, um fardo econômico que marcaria profundamente seu desenvolvimento futuro (JAMES, 2000).

A Revolução Haitiana foi singular em seu caráter antirracista, anticolonial e antiescravista. A Constituição de 1805 consagrou esses princípios ao declarar que todos os haitianos seriam designados pela denominação genérica de Negros, independentemente de sua cor, desafiando a hierarquia racial colonial (CAMILUS, 2018). Além disso, a Carta garantia liberdade automática a qualquer africano que chegasse ao território haitiano e proibia a propriedade de terra por brancos.

Apesar de seu significado universal, a revolução foi sistematicamente silenciada ou banalizada pela historiografia europeia, que não conseguia aceitar a agência política de escravizados negros (HURBON, 2007). Como observa Trouillot (1995, apud HURBON, 2007), a Revolução Haitiana foi um evento impensável dentro dos esquemas epistemológicos dominantes à época. Hoje, a Revolução Haitiana é reconhecida como um marco na luta pela liberdade e dignidade humanas, inspirando movimentos abolicionistas e anticoloniais em todo o mundo. Seu legado permanece central para os estudos pós-coloniais e decoloniais, que a veem como uma crítica radical à modernidade ocidental e ao projeto colonial (CAMILUS, 2018).

## 1.2 AS RAÍZES HISTÓRICAS DA FRAGILIDADE: DO COLONIALISMO À DÍVIDA DA INDEPENDÊNCIA

A análise histórica confirma que a fragilidade haitiana não constitui um acidente, mas o resultado direto de uma trajetória singular profundamente marcada pela violência colonial, pelo isolamento internacional e pela manutenção de estruturas políticas excludentes. O fardo da chamada dívida da independência, imposta pela França em 1825 como condição para o reconhecimento formal do Haiti, drenou durante décadas os recursos nacionais, estrangulando a possibilidade de desenvolvimento econômico e de consolidação estatal (CASIMIR, 2020; HURBON, 2021). Essa imposição, somada ao boicote das potências escravistas da época, produziu um Estado permanentemente enfraquecido e dependente, condição posteriormente agravada por sucessivas ditaduras e intervenções estrangeiras ao longo dos séculos XX e XXI, incluindo a missão da MINUSTAH, cujo legado é marcado por abusos e pela introdução do cólera no país (DUPUY, 2019; CASTOR, 2018).

A extrema violência do sistema de plantation em Saint-Domingue gerou tanto altas taxas de lucratividade para o sistema escravista atlântico quanto uma revolução necessariamente radical. Conforme argumenta C. L. R. James (2000) em *Os Jacobinos Negros*, a brutalidade das plantations tornou a liberdade uma questão de sobrevivência,

indicando que a escravidão não poderia ser reformada ou suavizada, mas apenas abolida. Essa luta pela liberdade, analisada “a partir de baixo” por Carolyn Fick (1990), deixou como legado um trauma social profundo e a constituição de uma elite governante que, desde o início, temia simultaneamente as potências estrangeiras e o próprio povo.

O nascimento do Haiti representou uma ameaça existencial à ordem escravista global. Laurent Dubois (2012), em *Haiti: The Aftershocks of History*, afirma que a própria existência do novo país desafiava radicalmente a ordem política e econômica do século XIX. Esse parricídio colonial resultou em um boicote implacável. Michel-Rolph Trouillot, em *Haiti, State Against Nation*, demonstra como esse isolamento moldou um Estado predatório. Para o autor, o Estado haitiano transformou-se não em um mecanismo de integração nacional e desenvolvimento, mas em um instrumento de coerção e extração (TROUILLOT, 1990).

O ponto de inflexão desse processo foi a imposição da dívida de 1825. Howard W. French, em *Born in Blackness*, interpreta esse ato não como um simples resgate financeiro, mas como a reafirmação do domínio colonial via mecanismos creditícios globais. A dívida, ao garantir o controle branco sobre as finanças internacionais, neutralizou a ameaça simbólica e econômica que o Haiti representava (FRENCH, 2021). As consequências foram devastadoras. O Relatório da Comissão de Reparações do Haiti (2021) estima que o país tenha transferido entre 21 e 115 mil milhões de dólares aos cofres franceses e seus herdeiros financeiros, drenando o Tesouro público e inviabilizando investimentos em infraestrutura e políticas sociais.

Esse processo consolidou um ciclo vicioso que definiu a trajetória estatal haitiana. Robert Fatton Jr. (2007), em *The Roots of Haitian Despotism*, argumenta que a necessidade permanente de saldar a dívida moldou o próprio funcionamento do poder no país. A disputa pelo controle do Estado centralizado, mas estruturalmente fraco, tornou-se o principal meio de acumulação material, alimentando ciclos de autoritarismo e corrupção. Esse Estado cronicamente enfraquecido passou a justificar novas intervenções estrangeiras, da ocupação norte-americana (1915-1934) às operações contemporâneas, cujos legados incluem violações sistemáticas e impactos sanitários profundos, como a epidemia de cólera.

Nesse contexto, a disputa pelo poder transformou a próspera ex-colônia francesa em um dos países mais pobres da América Latina (MATIJASCIC, 2014). O regime ditatorial Duvalierista teve início em 1957, quando, por meio de um plebiscito manipulado, François Duvalier, ou Papa Doc, foi proclamado presidente vitalício do Haiti. Sua estabilidade política foi assegurada por assassinatos de rivais e de líderes populares, executados por uma polícia

repressora que torturava e eliminava opositores. Com sua morte em 1971, Jean-Claude Duvalier, Baby Doc, assumiu o poder, preservando o caráter autoritário e violento do regime.

As medidas liberalizantes implementadas por Baby Doc desagradaram setores conservadores e permitiram a articulação de um movimento oposicionista que reivindicava o fim da ditadura. Em 1986, intensas manifestações populares exigiram a saída do presidente. A fragilização institucional, a perda de apoio militar e conservador e os protestos generalizados levaram ao colapso do regime, resultando no exílio de Jean-Claude Duvalier na França. Em seguida, o Exército assumiu o comando e formou uma junta civil-militar, responsável pela transição democrática entre 1986 e 1991.

Em fevereiro de 1991, Jean-Bertrand Aristide foi eleito, convertendo-se na esperança de mudança. Entretanto, em outubro do mesmo ano, sofreu um golpe militar e exilou-se nos Estados Unidos, de onde pressionou pela intervenção internacional. A primeira missão estrangeira, em 1994, buscou reposicioná-lo no poder. Aristide reassumiu a presidência no mesmo ano, sendo sucedido por René Préal em 1996. Nesse período, foram instaladas sucessivas missões da ONU, incluindo a UNSMH, a UNTMIH e a MIPONUH, todas orientadas para a reconciliação interna, a recuperação econômica e a reestruturação institucional.

Em 2000, Aristide retornou ao poder em uma eleição contestada, considerada fraudulenta. Organizou-se então uma ampla oposição formada por setores da sociedade civil, empresariado, partidos políticos e atores externos, que exigiam sua renúncia diante da corrupção crescente e da incapacidade governamental de promover melhorias econômicas (CORBELLINI, 2009). A proposta de transição apresentada pela CARICOM fracassou, agravando o cenário de violência e deslegitimação institucional. Em 2004, conflitos armados iniciados em Gonaives rapidamente se espalharam pela ilha, culminando em ataques de forças governamentais contra a população e no colapso da ordem pública. Pressionado internacionalmente, Aristide renunciou e buscou refúgio na África do Sul.

Boniface Alexandre assumiu a presidência interina e solicitou auxílio da ONU. Aprovou-se a resolução 1529, que criou a Força Multinacional Provisória (FMP) e antecedeu a instalação da MINUSTAH, estabelecida pela resolução 1542 de 2004. A missão tinha como funções estabilizar o ambiente político, apoiar o governo de transição e reestruturar instituições nacionais, incluindo a Polícia Nacional Haitiana, programas de desarmamento, o fortalecimento do estado de direito e a proteção de civis sob ameaça (CAVALCANTE, 2009).

Entre as ações empreendidas pela MINUSTAH<sup>1</sup> destacaram-se patrulhamentos extensivos em áreas urbanas marginalizadas, detenções de líderes de gangues, instalação de checkpoints, operações antissequestro e treinamentos policiais, medidas que contribuíram parcialmente para restaurar a confiança social no sistema de segurança pública.

No entanto, a conjuntura haitiana permaneceu profundamente vulnerável. Em janeiro de 2010, um terremoto de magnitude 7,0 devastou a região de Porto Príncipe, causando cerca de 316 mil mortes e mais de 350 mil feridos (CBC NEWS, 2011). Três anos depois, centenas de milhares de pessoas permaneciam em acampamentos improvisados, sem acesso a serviços básicos. Em 2015, a precariedade permanecia extrema, com 80% da população vivendo na pobreza e índices elevados de desemprego, apesar dos projetos vinculados à reconstrução nacional.

Em 2016, o furacão Matthew atingiu a ilha com ventos de até 230 km/h, provocando mais de 842 mortes (THE GUARDIAN, 2016) e deixando cerca de 61.500 desabrigados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016). As autoridades estimaram que 90% do sul do país foi destruído (BBC, 2016), região em que grande parte da população dependia da pesca e da agricultura de subsistência e onde a taxa de pobreza variava entre 60% e 70%.

O conjunto desses eventos confirma que a fragilidade haitiana resulta de processos históricos estruturais, agravados por intervenções exógenas, disputas políticas internas, desigualdades profundas e vulnerabilidades ambientais. O Haiti permanece como um caso emblemático de como a colonialidade, as pressões geopolíticas e os desastres naturais

---

<sup>1</sup> A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) atingiu seu auge com a mobilização de 12.552 efetivos provenientes de 56 países, integrando tropas militares, policiais e civis, com destaque para a participação latino-americana, sobretudo de Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru, Uruguai e Brasil, sua atuação pode ser organizada em três fases. A primeira (2004-2010) correspondeu ao período inicial de estabilização e reconstrução institucional. A segunda (2010-2013) foi marcada pelos efeitos devastadores do terremoto de 2010, que gerou severa crise humanitária e demandou a redefinição das prioridades da missão. A terceira fase (2014-2017) caracterizou-se pelo acúmulo de críticas, resultando no desgaste progressivo da legitimidade da operação. Esse desgaste intensificou-se com episódios que abalaram a credibilidade da missão. Entre eles, destaca-se a operação de 2005 na favela Cité Soleil, quando a busca por um líder de gangue culminou em um massacre cujas estimativas indicam cerca de 80 civis mortos, segundo o documentário *It Stays With You: Use of Force by UN Peacekeepers in Haiti* (2017). A ação não resultou na captura do suposto criminoso e gerou forte indignação entre a população haitiana. Outro evento decisivo foi o surto de cólera que atingiu o país durante a segunda fase da missão, contaminando aproximadamente 800 mil pessoas e provocando 30 mil mortes. Investigações conduzidas pelo epidemiologista francês Renaud Piarroux demonstraram que a doença foi introduzida no Haiti por uma cepa carregada por soldados da ONU, agravada por condições inadequadas de saneamento nos alojamentos da organização. A ausência de protocolos eficazes de triagem e diagnóstico das tropas contribuiu para a contaminação hídrica e para a rápida disseminação da doença (Besen, 2014). Apesar das evidências, a ONU negou responsabilidade direta, atribuindo o surto à “confluência de circunstâncias” anteriormente descritas, e não à ação deliberada de indivíduos ou grupos específicos.

interagem com estruturas estatais fragilizadas, dificultando a construção de soberania, estabilidade democrática e desenvolvimento social.

## **2. GANGSTIRIZAÇÃO, VIOLÊNCIA ARMADA E A CRISE DOS DIREITOS HUMANOS NO HAITI**

### **2.1 POR UMA TEORIA DAS GANGUES : NOTAS INTRODUTÓRIAS**

De acordo com Luís Henrique Costa Ferreira (2022), em seu ensaio *Gangues, Criminalidade e Violência no Brasil*, as gangues podem ser compreendidas como coletivos informais, geralmente compostos por jovens que atuam em territórios delimitados e se envolvem em crimes de baixa e média complexidade. Diferenciam-se das organizações criminosas consolidadas por apresentarem menor grau de hierarquização, baixa capacidade de planejamento estratégico e reduzida influência política. Ainda que sejam frequentemente associadas a atividades ilícitas, sua constituição social revela dinâmicas próprias que não podem ser equiparadas automaticamente ao crime organizado.

Em outra perspectiva, Jorge A. Pérez López argumenta que a gangue funciona como um espaço de iniciação para a criminalidade, atuando como um mecanismo social que introduz jovens ao universo delinquente de modo gradual e progressivo (LÓPEZ, 2011). Esse fenômeno tende a emergir de forma mais intensa em bairros pobres, zonas industriais degradadas e áreas urbanas marcadas por transições abruptas, onde a ausência de coesão comunitária favorece a formação desses grupos. Nesses contextos, jovens submetidos a frustrações, desigualdades econômicas e experiências de marginalização encontram nas gangues um ambiente que lhes proporciona proteção, reconhecimento e um sentimento de pertencimento que frequentemente não está disponível em outras instituições sociais (LÓPEZ, 2011).

No que se refere à estrutura, López enfatiza que as gangues não se configuram como agrupamentos desorganizados ou improvisados. Ao contrário, apresentam uma organização interna espontânea, com papéis e funções relativamente estáveis, como conselheiro, tesoureiro ou armeiro. Além disso, desenvolvem tradições, códigos de convivência e um forte espírito de corpo que reforça a coesão interna (LÓPEZ, 2011). A partir de referência ao antropólogo Walter Miller, o autor sustenta que, para muitos jovens, a gangue constitui o grupo primário mais estável ao qual já pertenceram, desempenhando funções fundamentais de socialização. Nesse ambiente, aprendem-se normas, papéis sociais, práticas de

solidariedade e, sobretudo, uma identidade coletiva que tende a substituir a influência de famílias fragilizadas ou ausentes.

López também destaca que esses grupos operam orientados por um conjunto de valores centrais que guiam seu funcionamento e moldam as expectativas dos membros. Entre esses valores, figuram a coragem, a lealdade e a busca por excitação, elementos recorrentes nas culturas juvenis das classes populares urbanas (LÓPEZ, 2011). Esses princípios não se limitam às atividades ilícitas, mas estruturam a forma como os jovens se vinculam ao grupo e compreendem seu papel dentro dele. Trata-se, portanto, de uma socialização que combina elementos culturais, afetivos e práticos, produzindo uma forma particular de pertencimento.

Em síntese, a perspectiva apresentada por López contribui para compreender que as gangues não devem ser interpretadas como a causa primária da criminalidade juvenil, mas como um mediador social que possibilita a aprendizagem de técnicas, a internalização de valores e a adoção de comportamentos delinquentes por jovens socialmente marginalizados. Ao mesmo tempo, constituem-se como espaços nos quais esses indivíduos constroem uma identidade que lhes é negada pelas instituições convencionais, revelando a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens que considerem tanto os fatores estruturais quanto às dinâmicas socioculturais que permeiam esses grupos.

A literatura especializada ressalta que a emergência das gangues deve ser analisada a partir de um quadro mais amplo de exclusão social, marcado pela precariedade urbana, pela violência institucional e pela ausência de políticas públicas consistentes voltadas à juventude. López observa que, em muitos casos, a gangue funciona como resposta adaptativa a contextos de vulnerabilidade prolongada, atuando como substituta parcial de instituições como a escola, a comunidade e, em determinada medida, a família. Ferreira reforça essa perspectiva ao afirmar que a fragilidade do Estado na gestão de territórios periféricos cria condições para que grupos informais assumam funções de regulação social cotidiana. Dessa forma, ambos os autores convergem no entendimento de que a gangue não surge simplesmente da delinquência juvenil, mas de um conjunto de ausências estruturais que torna esses grupos uma alternativa possível, embora profundamente problemática, para a construção de pertencimento, proteção e reconhecimento em sociedades marcadas por desigualdades persistentes.

## 2.2. PROCESSO HISTÓRICO DAS GANGUES ARMADAS NO HAITI

O processo histórico das gangues armadas no Haiti, conforme analisado por Marc-Donald Vincent (2024) em *L'origine contemporaine des gangs armées en Haïti*, é profundamente enraizado em dinâmicas de má governança, interferência externa e políticas estatais fracassadas. Vincent traça uma linha evolutiva que evidencia como a violência armada foi instrumentalizada por sucessivos governos, deixando de operar apenas como braço repressivo do Estado para transformar-se em uma força autônoma e altamente desestabilizadora. Essa análise demonstra que as gangues não constituem um fenômeno espontâneo ou recente, mas sim o resultado de décadas de erosão institucional, manipulação política e convivência estruturada entre Estado, elites e grupos armados.

A origem desse fenômeno contemporâneo remonta a 1959, com a criação dos infames Tontons Macoutes pelo ditador François Duvalier. Composta por civis armados e desprovidos de treinamento formal, essa milícia foi pensada como instrumento de terror estatal e utilizada sistematicamente para reprimir, controlar e eliminar qualquer oposição ao regime. Após a queda de Duvalier em 1986, o vácuo de poder e a fragilidade institucional abriram espaço para novos grupos, como os *attachés* e a organização *FRAPH*, que continuaram a operar com apoio explícito ou implícito de setores políticos e policiais. Essas milícias, alinhadas a diferentes facções, garantiram a continuidade da cultura de violência política armada que marcaria de modo duradouro o espaço público haitiano.

Um ponto de inflexão significativo ocorreu durante o governo de Jean-Bertrand Aristide. Grupos comunitários conhecidos como *Baz*, inicialmente constituídos como organizações de base com funções sociais, foram cooptados e armados para atuarem como núcleos de apoio político. Esses grupos evoluíram para as temíveis *Chimères*, milícias violentas responsáveis por intimidação e ataques a opositores. A instrumentalização política da violência passou então a se consolidar como método recorrente, no qual políticos armavam jovens para garantir votos, intimidar adversários e controlar territórios. As armas distribuídas durante as campanhas eleitorais frequentemente migravam para o crime comum, alimentando a circulação de armamentos e fortalecendo grupos autônomos após o processo eleitoral.

O fortalecimento dessas estruturas continuou nas décadas seguintes. Durante o governo de Michel Martelly, o fenômeno foi intensificado por um discurso público que normalizava o banditismo, política que ficou conhecida como *Bandi Legal*, associada à importação e distribuição de armas para grupos ligados a interesses governamentais. Sob o mandato de Jovenel Moïse, essa estratégia atingiu um nível ainda mais profundo, com o uso

explícito de gangues como instrumento de pressão política, inclusive na promoção de confinamentos forçados, conhecidos como *Pays Locked*, apresentados publicamente como protestos populares, mas articulados diretamente com lideranças armadas.

A complexidade e o poder alcançados por esses grupos atingiram tal magnitude que chegaram a receber formas indiretas de reconhecimento internacional. O relatório da Missão das Nações Unidas no Haiti (BINUH) sugeriu que a federação de gangues sob comando de Jimmy Barbecue Chérizier teria produzido redução nos índices de homicídios, uma afirmação que, embora fundamentada em dados, foi amplamente interpretada como sinal de legitimação da força de um agente armado não estatal, evidenciando a profundidade da crise institucional e a fragilidade das respostas internacionais (BINUH, 2021).

Ao relacionar esse quadro com teorias gerais sobre gangues, como as discutidas por Ferreira (2022), torna-se evidente que, apesar de existirem paralelos com outros contextos, como o brasileiro, o caso haitiano possui características singulares. Em ambos os países, as gangues emergem em cenários marcados por exclusão social, ausência estatal e vulnerabilidade juvenil. No entanto, o Haiti diferencia-se de forma decisiva pelo papel central desempenhado pelo próprio Estado na criação, financiamento e armamento desses grupos ao longo de várias décadas, tornando o fenômeno inseparável das dinâmicas de poder político nacional. Ferreira ajuda a compreender a lógica social, comunitária e relacional que estrutura esses coletivos, mas o caso haitiano demonstra como políticas estatais deliberadas podem transformar gangues em atores políticos fundamentais, com capacidade de controlar grandes territórios e influenciar processos decisórios.

Em conclusão, a análise de Vincent evidencia que a crise das gangues armadas no Haiti é, sobretudo, uma crise profunda do próprio Estado, marcada por colapso institucional, politização da violência e interferência externa. A teoria sociológica sobre gangues contribui para iluminar a dimensão comunitária e juvenil do fenômeno, mas o caso haitiano amplia essa reflexão ao revelar como decisões governamentais e práticas internacionais podem alimentar e institucionalizar a violência armada. Ambos os contextos reforçam a necessidade urgente de abandonar respostas exclusivamente securitárias e adotar políticas públicas integradas que articulem segurança, inclusão social, fortalecimento institucional e participação comunitária. Somente dessa forma será possível desmontar as bases político-sociais que sustentam esses grupos e evitar que novas gerações de jovens sejam incorporadas a estruturas violentas produzidas pela própria falência estatal.

## 2.3 A GANGSTERIZAÇÃO COMO SUBSTITUIÇÃO DA SOBERANIA

A gangsterização do Haiti não constitui apenas um problema de criminalidade, mas um sintoma estrutural da falência estatal. As gangues emergiram em um contexto de pobreza extrema, ausência de oportunidades e fragilidade institucional, porém seu crescimento foi diretamente alimentado pelas elites políticas e econômicas haitianas. Por anos, políticos e empresários utilizaram gangues como instrumentos de manutenção de poder, armando e financiando grupos encarregados de intimidar eleitores, controlar territórios e garantir a permanência de determinadas forças políticas no governo. Como sintetiza François Bonnet (2021), as gangues são, antes de mais nada, um produto do Estado... filhos bastardos da política haitiana. O International Crisis Group (2022) confirma essa leitura ao apontar que tais grupos prosperaram graças ao apoio financeiro de setores políticos e empresariais que deles se utilizam para fins privados. Assim, grande parte da violência que atualmente assola o país foi produzida, incentivada ou tolerada por aqueles que deveriam garantir a segurança pública. A ausência do Estado em múltiplas esferas permitiu que as gangues assumissem funções governamentais, convertendo-se, em amplas regiões, na única autoridade presente. Chelsey Kivland (2020), em *Street Sovereigns*, demonstra que jovens vinculados a essas gangues atuam como “estadistas de rua”, oferecendo proteção, administrando conflitos e distribuindo bens, ocupando o vácuo deixado por um Estado historicamente incapaz de prover serviços básicos. Trata-se de uma forma distorcida de soberania, sustentada pelo exercício da força e pela capacidade de impor normas locais.

O controle territorial exercido por essas gangues possui forte dimensão econômica. Elas estabelecem sistemas de cobrança ilegal sobre a entrada e saída de mercadorias, incluindo alimentos, combustível e ajuda humanitária. Rafael Fernández (2024) descreve como essas estruturas implementaram portagens clandestinas (*péages*) que estrangulam a economia local e amplificam o custo de bens essenciais. Paralelamente, o sequestro tornou-se uma indústria altamente lucrativa, operando com regularidade e previsibilidade alarmantes.

Entre as táticas mais violentas está o controle deliberado da comida. César Niño (2023) discute a fome como instrumento político, demonstrando que os grupos armados manipulam o acesso a alimentos para submeter comunidades inteiras. Ao provocar escassez e controlar a distribuição, esses grupos reforçam seu domínio social e territorial. Segundo Niño, trata-se de uma forma de violência estrutural que opera como tortura coletiva e instrumento de submissão. A dinâmica da gangsterização articulou-se a um cenário de

intensa dependência internacional. A volumosa ajuda externa enviada ao Haiti após sucessivos desastres naturais, em vez de fortalecer o Estado, muitas vezes o enfraqueceu. Jake Johnston (2024), em *Aid State*, argumenta que a criação de um *Estado da ajuda* paralelizou as instituições formais e aprofundou desigualdades que alimentam a instabilidade. Esse sistema híbrido, ao funcionar fora dos canais estatais, também se tornou alvo de extorsão das próprias gangues, reforçando sua integração na economia informal e nas redes de recursos que circulam no país.

A própria terminologia aplicada ao fenômeno demanda cuidado analítico. Chelsey Kivland (2022) explica que, no Haiti, esses grupos são frequentemente chamados *baz*, termo associado a bases comunitárias. Reduzir tais organizações à categoria genérica de “gangues” obscurece sua dimensão política, histórica e social, tornando invisíveis suas raízes comunitárias e suas conexões com estruturas de poder local. Muitos desses grupos surgiram originalmente como mecanismos de autodefesa ou organizações sociais, sendo posteriormente cooptados, armados e reconvertidos em atores violentos.

Nesse sentido, o fenômeno da gangsterização consolida-se como um ator político central. As gangues constituem estruturas com capacidade de governança territorial, sistemas próprios de taxação e administração de conflitos, além de vínculos profundos com elites nacionais que instrumentalizaram a violência para fins eleitorais e econômicos (FATTON Jr., 2021; PIERRE, 2022). Esse poder paralelo desafia a autoridade estatal e constitui ameaça direta à soberania e aos direitos da população (CÉLESTIN, 2021; LAGUERRE, 2016). Sua consolidação demonstra que a crise haitiana não é apenas de segurança pública, mas sobretudo uma crise de legitimidade e capacidade estatal.

Em síntese, a gangsterização do Haiti expressa o resultado final de um Estado profundamente fragilizado. Criada e instrumentalizada por agentes políticos, transformou-se em um sistema de governo paralelo e em uma economia violenta que utiliza a fome como arma e o território como recurso de exploração. Como conclui Jean-Germain Gros (2024), trata-se de uma soberania fracassada. Nesse cenário, combater as gangues apenas com medidas policiais equivale a tentar dissipar a fumaça sem apagar o incêndio estrutural. A solução real exige reconstruir instituições capazes de responder às necessidades da população, romper os vínculos entre poder político e poder criminoso e implementar políticas públicas que articulem segurança, desenvolvimento social e fortalecimento comunitário. Somente assim será possível desmontar as bases que sustentam a organização e a expansão desses grupos armados no Haiti.

## 2.4 O FRACASSO DO DESARMAMENTO E A CIRCULAÇÃO DE ARMAS

As políticas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) no Haiti têm sido, em grande medida, um fracasso. Programas pontuais, muitas vezes associados a operações militares internacionais, mostraram-se incapazes de conter o fluxo constante de armas, majoritariamente provenientes dos Estados Unidos (SAINT-LOUIS, 2017). A lógica dessas operações frequentemente culminou na criminalização da pobreza e da juventude periférica, sem enfrentar as redes de financiamento e de abastecimento das gangues. A incapacidade de desarmar esses grupos armados fortaleceu seu poder, enquanto a população civil, desarmada e desprotegida, permanece refém da violência cotidiana (JEAN-PIERRE, 2019).

Além disso, a ineficácia do DDR e a persistente circulação de armas criaram um ciclo vicioso de insegurança e instabilidade política. A fragilidade das instituições estatais haitianas, combinada com a corrupção endêmica, permite que armas ilegais entrem no país por rotas marítimas e terrestres mal vigiadas, consolidando o poder das gangues que atualmente controlam partes significativas da capital, Porto Príncipe, e de corredores logísticos essenciais para o abastecimento de bens e serviços (NAÇÕES UNIDAS, 2023). Relatórios indicam que o tráfico de armas de fogo e munições provenientes dos Estados Unidos ocorre predominantemente por via marítima, aproveitando a porosidade da costa haitiana e a limitada capacidade operacional da guarda costeira (AL JAZEERA, 2024; GUARDIÃO, 2024).

Esse afluxo constante de armamento, muitas vezes de calibre superior ao utilizado pelas forças policiais locais, não apenas perpetua a violência, mas também compromete qualquer perspectiva de estabilização, tornando as gangues mais poderosas e mais bem equipadas do que o próprio Estado (UNODC; CNDDR, 2023). Embora um embargo de armas estabelecido pela ONU permaneça formalmente em vigor, sua aplicação tem sido insuficiente para interromper as redes de tráfico transnacional, evidenciando a distância entre os mecanismos internacionais de controle e a complexidade da realidade haitiana (SIPRI, 2025). Nesse contexto, iniciativas pontuais de gestão de arsenais, embora bem-intencionadas, revelam-se inadequadas para enfrentar a escala e a sofisticação do problema (UNLIREC, 2023).

A persistência dessa dinâmica demonstra que a crise haitiana não se resume à presença de grupos armados, mas envolve uma estrutura transnacional que alimenta e sustenta esses atores. A circulação contínua de armas cria um ambiente em que a violência se

torna um recurso político e econômico central, reforçando o colapso das instituições públicas e impedindo o surgimento de qualquer iniciativa sustentável de governança. Pesquisas recentes enfatizam que a ausência de políticas de segurança de longo prazo, articuladas com mecanismos de controle fronteiriço e com estratégias sociais de redução da vulnerabilidade juvenil, impede qualquer avanço significativo (SAINT-LOUIS, 2017; JEAN-PIERRE, 2019).

Ademais, a atuação das gangues, fortalecidas por esse fluxo de armamentos, transforma profundamente o espaço urbano haitiano. A captura territorial e a imposição de sistemas paralelos de controle social evidenciam a incapacidade do Estado de assegurar serviços básicos e proteção à população. Essa dinâmica amplia desigualdades históricas e intensifica o sentimento de descrença coletiva nas instituições públicas, agravando o processo de fragmentação política já identificado por organismos internacionais.

Nesse cenário, torna-se evidente que a superação da crise exige mais do que a mera implementação de programas de desarmamento. É necessário articular uma abordagem estrutural que enfrente tanto as rotas transnacionais de tráfico quanto às condições internas que permitam a consolidação das gangues. A literatura especializada destaca que políticas de segurança eficazes precisam dialogar com estratégias de desenvolvimento social, reforma institucional e fortalecimento do Estado de direito. Sem isso, qualquer tentativa de estabilização permanecerá limitada e vulnerável aos ciclos de violência que caracterizam o país nas últimas décadas.

Portanto, a crise haitiana ilustra de forma contundente que a falha em atacar as fontes de abastecimento de armas e suas rotas de tráfico compromete profundamente as políticas de desarmamento e favorece a prosperidade de grupos criminosos. Esse cenário perpetua um estado de colapso institucional e humanitário, no qual a população permanece exposta a múltiplas formas de violência e à contínua erosão da autoridade estatal.

## 2.5 VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM LARGA ESCALA

A consequência direta desse cenário é a negação catastrófica dos direitos humanos. O domínio das gangues provoca assassinatos seletivos, violência sexual utilizada como arma de guerra, deslocamentos forçados em massa com mais de 300 mil pessoas deslocadas internamente e a privação do acesso a serviços básicos como saúde, educação e alimentação (DANTICAT, 2020; CHARLES, 2015). O Estado mostra-se incapaz de cumprir seu dever de proteger a população, o que configura uma violação evidente dos direitos à vida, à segurança e à integridade física.

A gravidade da crise humanitária manifesta-se na sistemática violação de direitos fundamentais, que alcançou níveis catastróficos. As gangues, ao consolidarem seu controle territorial, impõem um regime de terror caracterizado por execuções sumárias, recrutamento forçado de crianças e uso do estupro como instrumento de dominação e deslocamento de comunidades inteiras (HUMAN RIGHTS WATCH, 2025). Esse cenário resultou em um deslocamento interno massivo, superando a marca de 300 mil pessoas e aprofundando a insegurança alimentar, além de intensificar a crise de saúde pública (BINUH, 2025).

A paralisia do Estado e o colapso das instituições judiciais consolidaram uma cultura de impunidade quase absoluta. Os crimes mais brutais raramente são investigados e as vítimas carecem de mecanismos de denúncia, proteção ou reparação (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2024). Os bloqueios de estradas e portos por grupos armados impedem a distribuição de ajuda humanitária e privam regiões inteiras de alimentos, medicamentos e cuidados de saúde essenciais. Essa situação representa uma violação direta e reiterada do direito à vida e das garantias mínimas previstas nos tratados internacionais de direitos humanos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2024).

Esse quadro evidencia uma deterioração acelerada das condições de existência, em que a violência sistemática e a ruptura institucional convergem para produzir uma crise multifacetada. A precarização dos serviços públicos, em especial nas áreas de saúde e educação, aprofunda vulnerabilidades históricas, amplia desigualdades sociais e cria um ambiente propício à expansão de doenças, ao agravamento da desnutrição infantil e ao aumento da mortalidade materna. Relatórios recentes mostram que, em diversas áreas controladas por gangues, escolas permanecem fechadas há longos períodos e hospitais operam com capacidade mínima, devido à escassez de insumos básicos e ao risco constante de ataques armados.

Além desses fatores, a destruição das redes comunitárias e a interrupção dos laços sociais intensificam o sentimento de desamparo e de desconfiança generalizada. A literatura especializada indica que, em contextos marcados por violência extrema e ausência prolongada do Estado, populações vulneráveis tendem a ser submetidas a formas coercitivas de governança, o que aprofunda o sofrimento psicológico, social e emocional das vítimas (DANTICAT, 2020). Esse processo produz traumas coletivos de longa duração, com impactos intergeracionais que dificultam a reconstrução de estruturas sociais sólidas e de instituições estatais funcionais.

Outro aspecto crítico refere-se à deterioração do espaço urbano. O controle de bairros inteiros por grupos armados limita drasticamente a mobilidade da população, impede o

desenvolvimento de atividades econômicas e compromete o funcionamento de mercados locais. Essas restrições agravam a dependência da população em relação à ajuda externa. Além disso, o aumento de sequestros, saques e extorsões como mecanismos de financiamento criminoso (CHARLES, 2015) reforça ainda mais o clima de medo e inviabiliza qualquer perspectiva de normalidade cotidiana.

Nesse contexto, a comunidade internacional tem falhado repetidamente em oferecer uma resposta consistente e eficaz que priorize a proteção da população civil. A ausência de ações coordenadas e sustentáveis, associada à fragmentação das iniciativas multilaterais, resulta em intervenções insuficientes e frequentemente desconectadas das necessidades reais do Haiti (UNDP, 2023). Diante desse cenário, a população haitiana permanece em um estado de abandono e vulnerabilidade extrema. Os direitos humanos são diariamente violados pela violência armada, pela omissão do Estado e pela incapacidade da comunidade internacional de formular estratégias que garantam dignidade humana, proteção integral e reconstrução institucional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo desse artigo demonstra que as crises políticas e humanitárias contemporâneas não podem ser compreendidas apenas por meio de leituras tradicionais sobre o poder de Estado ou às relações internacionais. Elas exigem um olhar aprofundado sobre dinâmicas de biopolítica e necropolítica, conceitos que revelam como a vida e a morte são administradas como instrumentos de governo. O caso do Haiti, em particular, emerge como um exemplo paradigmático dessas lógicas em operação, evidenciando como a soberania estatal fragmentada se converte em mecanismo de produção de vidas descartáveis.

Foucault e Mbembe oferecem as bases teóricas necessárias para entender a profundidade desse fenômeno. A biopolítica, conforme discutida por Foucault, refere-se ao conjunto de práticas por meio das quais o Estado regula a vida da população, administrando corpos e produzindo normas que definem quem merece proteção. Mbembe, por sua vez, avança essa discussão ao introduzir a necropolítica, demonstrando que, sobretudo em contextos de colonialidade persistente e soberania enfraquecida, o poder se exerce mediante a produção sistemática da morte. No Haiti, a atuação de grupos armados como agentes necropolíticos torna-se evidente, já que esses atores decidem quem vive e quem morre em

territórios sob seu domínio, numa demonstração concreta do que Mbembe entende como o direito de matar enquanto atributo máximo de uma soberania fragmentada e privatizada.

Esses grupos armados, articulados frequentemente com setores das elites políticas e econômicas, tornam-se administradores de uma forma perversa de poder, impondo uma governança pela morte que redefine o espaço público como zona de exceção permanente. Ao controlar territórios estratégicos, como portos, estradas e comunidades densamente povoadas, essas milícias regulam o acesso a recursos vitais, administram fluxos populacionais e manipulam a vida cotidiana a partir da ameaça constante da violência. Esse quadro transforma a população civil em corpos vulnerabilizados e descartáveis, cuja existência pode ser instrumentalizada para garantir a manutenção de um sistema de dominação profundamente enraizado na lógica necropolítica.

A crise haitiana expressa de maneira aguda a falência de um modelo de Estado estruturado desde o início sob bases coloniais e racializadas. A gangsterização, o fracasso recorrente das políticas de desarmamento e a incapacidade institucional não são fenômenos isolados, mas sintomas de uma patologia histórica mais profunda. A negação da soberania haitiana remonta à própria independência de 1804, quando o país, logo após derrotar o colonialismo francês, foi forçado a aceitar a chamada dívida da independência, extorquida pela França e responsável por drenar seus recursos durante mais de um século. Esse episódio, amplamente analisado por estudiosos do colonialismo, representa uma das expressões mais contundentes da subjugação biopolítica e necropolítica que moldaram o Estado haitiano ao longo dos séculos seguintes.

Diante desse contexto, torna-se evidente que qualquer solução restrita a intervenções militares ou a políticas de segurança convencionais está fadada ao fracasso, pois ignora as raízes estruturais que alimentam a violência e a exclusão. A construção de uma paz durável e a efetivação dos direitos humanos no Haiti requerem uma mudança profunda de paradigma, que enfrente tanto os danos históricos quanto as desigualdades produzidas pelo sistema internacional. A justiça social é um eixo central dessa transformação, associada à necessidade de reparação histórica, que inclui o reconhecimento e a restituição da dívida da independência. Essa dívida não representa apenas um elemento econômico, mas constitui uma ferida simbólica e política que impede a plena reconstrução da soberania haitiana.

É igualmente indispensável adotar uma abordagem de segurança humana que coloque no centro a proteção dos civis e o acesso a direitos básicos, como saúde, educação, alimentação e mobilidade segura. A superação da lógica puramente securitista exige reconhecer que políticas centradas exclusivamente no uso da força tendem a reproduzir a

violência que pretendem combater. Nesse sentido, autores como Mbembe enfatizam que a pacificação de territórios marcados pela necropolítica só é possível quando se rompe com a racionalidade que legitima a produção de vidas descartáveis.

Paralelamente, torna-se crucial apoiar soluções formuladas por haitianos e haitianas, fortalecendo atores locais, organizações comunitárias, movimentos sociais e instituições que trabalham por uma saída soberana e democrática da crise. Esse apoio deve ser orientado pela perspectiva decolonial dos direitos humanos, que reconhece e valoriza a agência do povo haitiano e rompe com a tradição de intervenções externas impositivas, muitas vezes responsáveis por aprofundar a instabilidade e a dependência estrutural.

O Haiti não é um caso isolado. Ele funciona como um alerta contundente para a comunidade internacional sobre os limites de modelos tradicionais de intervenção e a urgência de se adotar uma ética global genuinamente comprometida com a descolonização e a justiça. Enquanto a vida continuar a ser tratada como descartável em nome de uma ordem internacional excludente, as sombras da biopolítica e da necropolítica continuarão a assombrar não apenas o Caribe, mas todas as regiões onde a colonialidade do poder insiste em determinar quem deve viver e quem pode morrer. A emancipação do povo haitiano, assim como a de todos os povos submetidos a essas lógicas de morte, exige nada menos que a reconstrução radical das bases do poder, da memória e da vida em comum.

## **BIBLIOGRAFIA**

BAUER, Carlos Francisco; FRIGGERI, Félix Pablo. Jacques Roumain e Jacques-Stephen Alexis no pensamento e na práxis latino-americano-caribenho. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

CASIMIR, Jean. Uma palestra decolonial sobre a história do Haiti. Porto Príncipe: Éditions de l'Université d'État d'Haïti, 2020.

CASTOR, Suzy. Haïti et la communauté internationale: Les enjeux politiques. Porto Príncipe: CRESFED, 2018.

CUCHE, Denis. A noção de Cultura nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

DANTICAT, Edwidge. As revoluções inacabadas do Haiti: a falência do Estado e a ascensão de grupos armados. In: CHARLES, Carolle; DUPUY, Alex (organizadores). Haiti além da crise. Nova York: Routledge, 2020. p. 89-108.

DORVILIER, Frantz. A questão dos direitos humanos no Haiti: entre discursos e realidade. Porto Príncipe: Edições C3, 2018.

DUBOIS, Laurent. Haiti: os tremores secundários da história. Nova York: Metropolitan Books, 2012.

DU BOIS, Laurent. Vingança do Mundo Novo: A História da Revolução Haitiana. Trad. Patrícia M. Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DUPUY, Alex. Repensando o Estado Haitiano: Corrupção Política, Violência e Globalização. Nova York: Routledge, 2019.

FATTON Jr., Robert. Haiti: Preso na Periferia Externa. Boulder: Lynne Rienner, 2023.

FATTON Jr., Robert. As raízes do despotismo haitiano. Boulder: Lynne Rienner, 2007.

FICK, Carolyn E. A formação do Haiti: a Revolução de São Domingos vista de baixo. Knoxville: University of Tennessee Press, 1990.

FRENCH, Howard W. Nascido na negritude: África, africanos e a formação do mundo moderno, de 1471 ao século XXI. Nova York: Liveright Publishing, 2021.

GIRARD, Philippe R. Haiti: uma história tumultuada – da Pérola do Caribe à Nação Quebrada. Nova York: St. Martin's Press, 2010.

GROS, Jean-Germain. Fracasso do Estado, subdesenvolvimento e intervenção estrangeira no Haiti. Londres: Routledge, 2024.

HURBON, Laënnec. Haïti: une nation en otage. Paris: Éditions de l'Atelier, 2021.

JAMES, C. L. R. Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2000.

JOHNSTON, Jake. Estado de Ajudá: Pânico da Elite, Capitalismo de Desastre e a Batalha pelo Controle do Haiti. Nova Iorque: St. Martin's Press, 2024.

KIVLAND, Chelsey. Soberanos de Rua: Jovens e o Estado Improvisado no Haiti Urbano. Ithaca: Cornell University Press, 2020.

LAGUERRE, Michel S. Gangues Urbanas no Haiti: Bairros, Política e o Estado. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre a colonialidade da época: contribuições para o desenvolvimento de um conceito. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (coord.). A viagem descolonial. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

MATEUS, Gelien. Revoltas de Escravo Caribenho e do Movimento Abolicionista Britânico. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, 2016.

MOREL, Marco. A Revolução do Haiti e do Brasil escravista – o que não deve ser apontado. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

MOTA, Thiago dos Santos; GALVÃO, Rodrigo Gehre. Haiti: Uma Reconstrução em Pedacos. Belo Horizonte: Crisálida, 2011.

PIERRE, Josué. Criminalidade organizada e fragilidade estatística no Haiti: análise da crítica do fenômeno da gangsterização. Porto Príncipe: Université Quisqueya, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialismo de poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (organizador). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Haiti, Estado Contra a Nação: As Origens e Legado do Duvalierismo. Nova York: Monthly Review Press, 1990.

## Artigos e periódicos

BULAMAH, Rodrigo Charafeddine. Lakou Haitiano e Suas Práticas: Entre Mudanças e Permanências. *Temáticas*, Campinas, v. 21, n.º 42, 2013.

CAMILUS, Adler. A Revolução Haitiana de 1804: Entre os Estudos Pós-Coloniais e os Estudos Descoloniais Latino-Americanos. CLACSO, Universidade Estadual do Haiti, 2018. Disponível em: <https://hal.science/hal-01712977>. Acesso em 28 de outubro de 2025.

CÉLESTIN, Josué Renaud. Gangues, Violência e o Apoderamento do Estado no Haiti: Uma Análise Sociopolítica. *Revue Haïti Perspectives*, v. 10, n.º 2, pp. 45-68, 2021.

CHARLES, Carolle. Segurança Humana e a Ascensão das Gangues no Haiti: Violência Estrutural no Contexto Pós-Terremoto. *Journal of Haitian Studies*, v. 21, n.º 1, p. 76-103, 2015.

FATTON Jr., Robert. A nova face do autoritarismo haitiano: a política de gangsters e a erosão do Estado. *Third World Quarterly*, v. 42, n.º 3, p. 545-563, 2021.

FRIGGERI, Félix Pablo. Universidade, movimentos populares e diálogo de conhecimento. *Práxis Educacional*, v. 27, n.º 2, p. 1-17, 2023.

HURBON, Laënnec. A Revolução Haitiana: Um Avanço Pós-Colonial. Rue Descartes, Paris, n.º 58, pp. 56-66, 2007. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-rue-descartes-2007-4-page-56?lang=fr>. Acesso em 26 de outubro de 2025.

JEAN-PIERRE, Fritznel. Violência armada, governança e direitos humanos no Haiti: a nova face da insegurança. *Estudos Caribenhos*, ver 47, n.º 2, p. 45-72, 2019.

LÓPEZ, Jorge A. Pérez. La explicación sociológica de la criminalidad. 200-?. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5498997>. Acesso em: 30 out. 2025.

MEZILAS, Glodel. Negritude. *Arquipélago*, v. 29, n.º 113, p. 54-56, 2021.

MILLER, Walter B. Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency. *Journal of Social Issues*, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 5-19, 1958. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1958.tb01413.x>. Acesso em: 30 out. 2025.

REVUE D'HISTOIRE HAÏTIENNE. Montréal: Les Éditions du CIDIHCA, n.º 1, 2019. 645 p. ISSN: 978-2-89454-512-6 (impresso); 978-2-89454-515-7 (PDF); 978-2-89454-517-1 (ePub).

VINCENT, Marc-Donald. L'origine contemporaine des gangs armés en Haïti. Revue Haïtienne des Sciences Sociales et Humaines (RHSSH), v. 1, n. 1, p. 1-13, 2024. Disponível em: <https://www.lescientifique.org/rhsshvolume1numero1>. Acesso em: 30 out. 2025.

## **Relatórios e documentos institucionais**

AMNISTIA INTERNACIONAL. Haiti, 2024. Londres: Amnesty International, 2024. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/location/americas/central-america-and-the-caribbean/haiti/report-haiti/>. Acesso em: 30 set. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2025: Haiti. Nova Iorque: Human Rights Watch, Jan. 2025. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/haiti>. Acesso em: 30 set. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. Haiti on the brink: six urgent measures to overcome the human rights crisis. Nova Iorque: Human Rights Watch, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/03/28/haiti-brink-six-urgent-measures-overcome-human-rights-crisis>. Acesso em: 30 set. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Haiti's last resort: gangs and the prospect of foreign intervention. Latin America and Caribbean Briefing, n. 48, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org>. Acesso em: 30 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Painel de Peritos sobre o Haiti (S/2023/677). Nova Iorque: ONU, 2023. Disponível em: <https://documents.un.org>. Acesso em: 30 set. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Rule of Law and Human Rights Annual Report 2023: Haiti. Nova Iorque: UNDP, 2023. Disponível em: <https://rolhr.undp.org>. Acesso em: 30 set. 2025.

ESCRITÓRIO INTEGRADO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI (BINUH). Haiti human rights situation remains very alarming, says new UN report. Porto Príncipe: ONU, 2025. Disponível em: <https://binuh.unmissions.org>. Acesso em: 30 set. 2025.

UNITED NATIONS INTEGRATED OFFICE IN HAITI (BINUH). Report of the United Nations Integrated Office in Haiti. New York: United Nations Security Council, 2 set. 2021. Disponível em: [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S\\_2021\\_133\\_E.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/S_2021_133_E.pdf). Acesso: 30 out. 2025.